**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2025**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2025**

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**ART. 75, INCISO I, DA LEI FEDERAL N º 14.133/2021**

1. **PREÂMBULO**

1.1. O **MUNICÍPIO DE LAJEADO DO BUGRE** Estado do Rio Grande Do Sul, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 92.410.448/0001-00, com sede administrativa na Rua Clementino Graminho, S/N, Centro, da Cidade de Lajeado do Bugre/RS, CEP: 98.320-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO MACHADO DA SILVA, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Torna Público, que realiza **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para EXECUÇÃO DE OBRA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO LINHA ESQUINA UMBU ATÉ ACESSO A ERS 325 COM TOTAL DE 600 M² DE PAVIMENTAÇÃO E 240 M, DE MEIO FIO:

1. **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**
   1. Contratação de empresa para empreitada global EXECUÇÃO DE OBRA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO LINHA ESQUINA UMBU ATÉ ACESSO A ERS 325 COM TOTAL DE 600 M² DE PAVIMENTAÇÃO E 240 M DE MEIO FIO, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, se dá em virtude da necessidade da ligação com via pavimentada para a ligação com a ERS 325 e para a melhoria da acessibilidade e o deslocamento de nosso munícipes que se deslocam por esta via. A contratação será realizada conforme condições, as condições descritas neste Termo de Referência, sendo esta uma contratação de empreitada Global.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QUANTIDADE** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
| **1** | EXECUÇÃO DE OBRA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO LINHA ESQUINA UMBU ATÉ ACESSO A ERS 325 COM TOTAL DE 600 M² DE PAVIMENTAÇÃO E 240 M, DE MEIO FIO. | 600 | M² | R$ 96,7165 | R$ 58.029,90 |

* 1. O prazo da entrega da referida obra deverá ocorrer em no máximo 60 dias após a assinatura do contrato pela vencedora do certame.
  2. O fornecedor deverá realizar a obra após a contratação e solicitação da administração municipal, arcando com todas as despesas decorrentes da obra.
  3. Os serviços deverão ser prestados em até 60 dias uteis e o contrato terá validade máxima de 180 dias.
  4. O custo estimado total da contratação é de R$ 58.029,90 (cinquenta e oito mil vente e nove reais com noventa centavos). O pagamento não será fracionado, sendo pago em parcela única somente no termino da obra com a devida apresentação de boletim final da obra assinada por engenheiro da prefeitura Municipal de Lajeado do Bugre – RS, e posterior empenho e apresentação de nota fiscal para pagamento.

# 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** A contratação de empresa para a EXECUÇÃO DE OBRA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO LINHA ESQUINA UMBU ATÉ ACESSO A ERS 325 COM TOTAL DE 600 M² DE PAVIMENTAÇÃO E 240 M DE MEIO FIO, é de suma importância para concluirmos uma obra iniciada em 2024 onde o município com duas emendas parlamentares mais recursos próprios pavimentou as vias da comunidade Linha Esquina Umbu, faltado este pequeno espaço de 600 m² para fazermos a ligação com a ERS 325 que melhorara a qualidade de vida da comunidade e a acessibilidade.

**3.2.** Cabe a esta municipalidade realizar as manutenções e as melhorias das estradas vicinais do nosso município e com esta obra vamos deixar o acesso com boa qualidade e evitando manutenções frequentes quando danificadas por chuvas.

**3.3.** A referida contratação trará inúmeros benefícios a comunidade do município de Lajeado do Bugre/RS, principalmente a comunidade da Linha Esquina Umbu, e no descolamento de nossos munícipes e do transporte escolar de nossa crianças, sendo este local de passagem de transporte escolar municipal.

**3.4.** De acordo com a Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, a contratação de empresa para EXECUÇÃO DE OBRA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO LINHA ESQUINA UMBU ATÉ ACESSO A ERS 325 COM TOTAL DE 600 M² DE PAVIMENTAÇÃO E 240 M DE MEIO FIO, se enquadra nas disposições do seu artigo 75, inciso I, conforme transcrição abaixo:

*Art. 75. É dispensável a licitação:*

*I -* ***para contratação que envolva valores inferiores a R$ 119.812,02*** *(cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;*

**3.5.2.** A contratação de empresa para realizar os serviços acima descritos se faz necessário e é extremamente relevante.

**3.5.3.** Ademais, cumpre asseverar que os preços praticados pelas empresas que fornecem esse serviço, são pertinentes e compatíveis com os preços de mercado, não sendo valores exuberantes, não ocasionando superfaturamento.

# 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA

**4.1.** A solução como um todo deverá dispor à contratante o seguinte:

**4.1.1.** Contratação de Empresa para EXECUÇÃO DE OBRA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO LINHA ESQUINA UMBU ATÉ ACESSO A ERS 325 COM TOTAL DE 600 M² DE PAVIMENTAÇÃO E 240 M DE MEIO FIO

**4.1.2.** A obra deverá ser realizada e entregue a comunidade em uma prazo máximo de 60 dias uteis, para que nossa comunidade possa realizar seus deslocamentos de forma confortável e segura.

|  |
| --- |
| **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** |

**5.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, [devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf)

**5.1.1.** Para que o objeto da contratação seja atendido, a contratada deverá executa a obra em formato de empreitada global conforme descrito neste termo de referência e seus anexos.

**5.1.2.** A contratada deve ainda oferecer produtos/bens de qualidade e que atendam às necessidades do município, sendo de responsabilidade da empresa custas adicionais caso surjam.

**5.2. Subcontratação**

**5.2.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5.3.** **Garantia da contratação**

**5.3.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto se tratar de contratação por Dispensa de Licitação, de aquisição de bens, serviços e/ou produtos, onde este será comprovado por meio de verificação do fiscal designado pelo município, e o pagamento ocorrerá somente com a efetiva entrega da obra.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**6.1.** O prazo de entrega da obra deverá ser em no máximo 60 dias uteis. No entanto, o contrato terá vigência até 30 de Agosto de 2025, a contar da data de assinatura do contrato, não podendo este ser renovado de acordo com a Lei nº 14.133/2021. Após a assinatura do contrato a empresa tem 2 dias uteis para dar início de obra, o não cumprimento deste prazo caracteriza que a empresa não terá condições para realizar a obra sendo aceitável a rescisão contratual sem ônus para a administração municipal.

## 6.2. Local da prestação dos serviços e/ou entrega dos bens/produtos

**6.2.1.** Os serviços serão realizados no município de Lajeado do Bugre/RS, na Linha Esquina Umbu Interior, ligação com a ERS 325.

**7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**7.1.** Para a perfeita entrega da obra, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição e ou manutenção quando necessário, e sua devida manutenção quando da apresentação de defeitos:

**7.1.1.** Serviços necessários e em boa qualidade para atender a demanda do objeto;

**7.1.2.** Profissionais que façam a entrega dos bens/produtos/serviços.

**7.1.3.** Após a entrega da obra todas as manutenção corretiva devem ser executadas de forma imediata e sem ônus a administração municipal.

**8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**8.1.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**8.1.1.** Necessidade de EXECUÇÃO DE OBRA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO LINHA ESQUINA UMBU ATÉ ACESSO A ERS 325 COM TOTAL DE 600 M² DE PAVIMENTAÇÃO E 240 M DE MEIO FIO para melhoria de qualidade de vida das pessoa residentes na comunidade Linha Esquina Umbu, temos uma via de acesso com ótima qualidade para a ligação com a ERS 325.

**8.1.2.** Garantir o acesso por parte da comunidade da Linha Esquina Umbu a uma Estrada de qualidade facilitando o seu deslocamento, dar maior segurança a todos os que transitam por este local que é acesso de transporte escolar.

**9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**9.1. ROTINA DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.**

**9.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**9.1.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**9.1.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**9.1.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao Termo de Referência, a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**9.1.4.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**9.1.5.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**9.1.6.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**9.1.7.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**9.1.7.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**9.1.8.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admistrando-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

**9.1.9.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

**9.1.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**9.1.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

**10.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

**10.1.1.** a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**10.1.2.** b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**10.1.3.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017 será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**10.1.4.** não produziu os resultados acordados;

**10.1.5.** deixou de fornecer os bens/produtos contratados, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**10.1.6.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 11. DO RECEBIMENTO

**11.1.** A obra será recebida conforme solicitação do município, com documento de conclusão de obra e atestado de engenheiro responsável, a partir da data da assinatura do contrato, e a empresa contatada terá 60 dias uteis para a realização da obra e o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**11.1.1.** O contratante realizará inspeção minuciosa de toda a obra, com a finalidade de verificar a adequação dos bens/produtos e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**11.1.2.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**11.1.3.** O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**11.1.4.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**11.1.5.** No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

**11.1.6.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**11.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos de maneira imediata, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**11.3.** Os bens/produtos/serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

**11.3.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**11.3.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**11.3.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

# 12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**12.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que regulamenta o ar go 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

**12.2.** O objeto em questão será contratado com fundamento no Art. 75 da referida Lei, Inciso I, que diz que:

*I -* ***para contratação que envolva valores inferiores a R$ 119.812,02*** *(cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;*

**12.3.** Após extensa pesquisa de serviços semelhantes a este, a escolha por esta modalidade de licitação foi feita com base nas seguintes razões:

**12.3.1.** Os valores são praticados no mercado, sem exequíveis e não superfaturados, com sua base de valores tomados junto a tabela SINAP;

**12.3.2.** Os bens/produtos/serviços são de extrema necessidade e são necessários com urgência;

**12.3.3.** O município possui urgência na referida contratação, tendo em vista a necessidade de ampliação de espaço para a devida acomodação das turmas da Escola Municipal Mundo Encantado.

**12.4.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

1. SICAF;
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);

**12.4.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**12.4.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**12.4.3.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**12.4.4.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**12.4.5.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**12.4.6.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**12.4.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**12.4.8.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**12.4.9.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos per nentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**12.5.** Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

* Certidão Negativa Federal, ou certidão positiva com efeito de negativa;
* Certidão Negativa Estadual;
* Certidão Negativa Municipal;
* Certidão Negativa do FGTS;
* Certidão Negativa Trabalhista;
* Contrato Social.
* Documentos pessoal dos representante da empresa (CNH e ou RG)
* Engenheiro responsável pela obra com vinculo de emprego com a empresa.
  + 1. **Habilitação Jurídica:**

**12.5.1.1** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato consecutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**12.5.1.2.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

* + 1. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

**12.5.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**12.5.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles rela vos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**12.5.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**12.5.2.4.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a par r de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

**12.5.2.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**12.5.2.6.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**12.5.2.7.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**12.5.2.8.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**12.5.2.9.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

**13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos e/ou dotação orçamentária do Exercício de 2025 do Município de Lajeado do Bugre/RS.

**14. DO FORO**

**14.1.** O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente contratação será o Fórum da Comarca de Palmeira das Missões/RS.

**15. DA PUBLICAÇÃO E DELIBERAÇÃO:**

**15.1.** **AUTORIZO** a publicação no site da municipalidade, pelo prazo de 03 (três) dias úteis.

**15.2.** Manifestação de interesse e orçamentos devem ser enviadas para o e-mail adm@lajeadodobugre.rs.gov.br até as 09:00 hs. do dia 21/05/2025.

**15.3.** O julgamento das propostas será realizado as 09:00 horas do dia 21/05/2025.

**Lajeado do Bugre/RS, 16 de Maio de 2025.**

# RONALDO MACHADO DA SILVA

Prefeito Municipal